

1 **ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2 **PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO DE 2013.**

3  
4 Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, no Auditório da Amapá  
5 Previdência – AMPREV, situado a Rua Binga Uchôa, número dez, Centro, Macapá-  
6 AP, às dezesseis horas e quarenta e um minutos, teve início a décima segunda  
7 reunião ordinária do Conselho Estadual de Previdência, na direção do Presidente,  
8 senhor **CARLOS ROBERTO DOS ANJOS OLIVEIRA**, que cumprimentou os  
9 Conselheiros Titulares e Suplentes e demais presentes. Em seguida, apresentou o  
10 **ITEM 01 da PAUTA - LEITURA DO EDITAL** número, zero, um, três, de dois mil e  
11 treze, o qual convoca os membros do Conselho Estadual de Previdência, Membros do  
12 Conselho Fiscal da Amapá Previdência, Diretoria Executiva, Gerente Administrativo e  
13 Financeiro e Procuradoria Jurídica da AMPREV; para fazerem-se presentes nessa  
14 sessão. **ITEM 02 – VERIFICAÇÃO DO QUORUM**, chamando nominalmente os  
15 membros Titulares e Suplentes do Conselho Estadual de Previdência na seguinte  
16 ordem: **FERNANDO CEZAR PEREIRA DA SILVA**, presente, **DELICIO FERREIRA**  
17 **MAGALHÃES**, ausente representado por sua Suplente **IVONE REGINA MUSSI**  
18 **TOSTES**, presente, **JULIANO DEL CASTILO SILVA**, ausente, representado por seu  
19 Suplente **LUIZ AFONSO MIRA PICANÇO**, presente, **JUCINETE CARVALHO DE**  
20 **ALENCAR**, ausente representada por seu Suplente **RAUL SOARES PEREIRA DE**  
21 **SOUZA**, presente, **PAULO CÉSAR DO VALE MADEIRA**, ausente, **JORGE EVALDO**  
22 **EDINHO DUARTE PINHEIRO**, ausente, **PAULO DE SANTANA VAZ**, presente,  
23 **FERNANDO CEZAR PEREIRA DA SILVA**, presente, **CLAUDIONOR MEDEIROS DE**  
24 **ANDRADE**, presente, **EDSON FRANÇA**, presente, **HELIELSON DO AMARAL**  
25 **MACHADO**, presente, **HEMERSON DE SOUZA DIAS**, ausente, **LADILSON COSTA**  
26 **MOITA**, presente, **GILMAR SANTA ROSA BARBOSA**, presente, **CARLA FERREIRA**  
27 **CHAGAS**, presente, **LUIZ CARLOS DA COSTA PESSOA**, presente. **PAUTA – ITEM**  
28 **03 - LEITURA DAS JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS:** Paulo Madeira, Helilson  
29 Machado, Jucinete Carvalho, Delcio Magalhaes **PAUTA – ITEM 04 – Apreciação e**  
30 **aprovação da ata da 7ª Reunião Ordinária do CEP/2013 realizada em 29/08/2013:**  
31 o conselheiro Fernando disse que revisou o texto e fez correções que foram enviadas a  
32 secretaria do CEP e demais conselheiros. O presidente colocou para aprovação a ata  
33 que restou deliberada como **APROVADA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEP**  
34 **por unanimidade de votos.** **PAUTA – ITEM 05 – Apreciação da ata da 2ª Reunião**  
35 **Extraordinária do CEP realizada em 11/09/2013:** O presidente colocou para  
36 aprovação ata que restou deliberada como **APROVADA ATA DA 2ª REUNIÃO**  
37 **EXTRAORDINÁRIA DO CEP por unanimidade de votos.** **PAUTA – ITEM 06 -**

38 **Aprovação da ata da 3ª Reunião Extraordinária do CEP realizada em 19/09/2013:**  
39 retirado de pauta. **PAUTA – ITEM 07 - Demonstrativos do CIAP dos meses de**  
40 **janeiro a agosto de 2013 para conhecimento:** O Presidente informou que os  
41 demonstrativos estão no CD que foi entregue a todos, lembrou que eles já foram  
42 aprovados pelo Comitê de Investimentos e encaminhados ao Conselho Fiscal, e  
43 passou a palavra para o Coordenador do Comitê Ladilson Moita. O conselheiro e  
44 coordenador Ladilson falou sobre o trabalho que vem sendo exercido pelo comitê,  
45 sobre os valores atuais e o cenário vivido durante os meses de janeiro á agosto,  
46 lembrou que os membros do CEP que compõe o comitê tem o dever de acompanhar e  
47 otimizar a atuação do CEP nos investimentos, por isso essa apresentação. O  
48 Presidente informou que por enquanto será apenas apresentação, mas depois de  
49 avaliado pelo conselho fiscal será ponto de aprovação por este conselho. O  
50 conselheiro Ladilson falou sobre a rentabilidade dos fundos, de algumas negatividades  
51 ocorridas em alguns fundos, mas disse juntamente com o também membro do CIAP  
52 Claudionor, que não se está perdendo em aplicações. O Fernando sugeriu que seja  
53 feita apresentação do demonstrativo para aqueles que estão tendo assento pela  
54 primeira vez. O conselheiro Gilmar sugeriu que seja apresentado na próxima vez que  
55 for para aprovação com a projeção de data show para melhor visualização. **PAUTA –**  
56 **ITEM 08 - Informações da Comissão de Alteração do Regimento Interno do CEP:**  
57 A conselheira Carla que é coordenador da comissão de alteração do regimento interno  
58 juntamente com os conselheiros, Fernando, Paulo Madeira, Helilson e Ladilson,  
59 informou que já foi lido artigo por artigo, foram pontuados os itens para alteração, e  
60 mais duas ou três reunião serão necessárias para término dos trabalhos. O  
61 conselheiro Fernando falou também que foram analisadas atas de anos anteriores  
62 para visualizar opiniões e dificuldades vividas por outros conselhos. **PAUTA – ITEM**  
63 **09 – Apresentação da proposta de acerto da Dívida que está sendo tratada com**  
64 **o Governo do Estado:** O Presidente informou que foi entregue a cópia da ultima Lei  
65 que institui o parcelamento, do dia 04/10/2013 e cópia de Portaria n° 307 do Ministério  
66 da Previdência Social - MPS, esse assunto também será tratado como informação,  
67 pois não foi feito o levantamento da dívida para o parcelamento, o encaminhamento  
68 dessa dívida esta autorizado pelo Ministério da Previdência, e explicou como será feito  
69 os procedimentos para que ocorra o parcelamento, disse que o primeiro requisito que  
70 já está sendo cumprido é a Lei que já foi assinada e publicada em Diário Oficial, após  
71 a homologação será feita a proposta de parcelamento dentro dos critérios da Portaria  
72 n° 307 - MPS. Disse que o CRP do Estado está bloqueado, por conta da contribuição  
73 dos poderes que não está sendo paga, e essa situação do parcelamento que também

74 não foi aprovado pelo MPS. O conselheiro Ladilson disse que foi feito parcelamento  
75 anterior homologado pelo MPS e o Estado estava pagando esse parcelamento, depois  
76 foi feito outro parcelamento que não foi reconhecido pelo MPS, e essa questão legal  
77 irá ser discutida nesse parcelamento, a inovação que o MPS apresenta é a  
78 possibilidade de parcelar o débito do segurado e outras dívidas em 60 meses. Disse  
79 que o Governador assumiu o compromisso com o funcionalismo público de honrar a  
80 contribuição previdenciária, e inclusive fez audiência pública para tratar disso, porque  
81 o funcionalismo público pediu isso dos seus candidatos, e não vem sendo honrado  
82 desde maio de 2011, ficando em débito inclusive com o recolhimento do servidor, o  
83 que caracteriza apropriação indébita do chefe do poder executivo, o mesmo aconteceu  
84 com outros poderes que discutem ainda negociação de crédito que haveria com a  
85 AMPREV, a dívida do Estado está ultrapassando 600 milhões, se esse dinheiro  
86 estivesse no fundo o caixa da AMPREV teria mais Três bilhões. Falou de outro  
87 problema que tem que ser discutido pelo CEP, sobre o parcelamento que não foi  
88 reconhecido, que em tese se criou um crédito pelo que foi pago, e no seu  
89 entendimento não há crédito, pois o executivo deve então o parcelamento não foi  
90 reconhecido, porém a dívida existe. O conselheiro Raul falou sobre a lei e portaria e  
91 disse que a dívida não é só do executivo, e no momento em que os outros poderes  
92 deixarem de ser adimplente o ente Estado irá arcar com esse ônus. O conselheiro  
93 Claudionor disse que o chefe do executivo deve ter embasamento legal para não  
94 assumir sozinho a dívida. O conselheiro Edinho falou que está claro que se os poderes  
95 deixarem de pagar os parcelamentos cabe ao executivo descontar diretamente do  
96 repasse do duodécimo, isto é uma lógica do jogo, cabe ao Estado fazer isso, pois ele  
97 que arrecada se determinada instituição está devendo e o governo está pagando ele  
98 pode descontar do repasse do duodécimo. O conselheiro Raul disse que deve ser  
99 obedecida alguma regra já estabelecida, e se isso não está previsto isso não existe. O  
100 conselheiro Edinho disse que isso é uma decisão política, mas certo de que na  
101 aprovação da lei não se terá mais problemas com inadimplência. O conselheiro Luiz  
102 Afonso pediu desculpas pelo atraso e justificou que estava em outra reunião, disse  
103 que terá uma regulamentação de como isso deve se dar. Após discussões a respeito  
104 da responsabilidade de arrecadação e pagamento de dívidas. O conselheiro Fernando  
105 perguntou se o Estado apresentou alguma proposta, e disse que a mudança está  
106 acontecendo nesse momento em que o MPS aciona somente o Estado, pois  
107 anteriormente o termo era firmado com cada poder, e também existem termos  
108 anteriores que estão hoje adimplentes e vão continuar, agora é difícil falar sem saber  
109 qual o montante da dívida sem informações sobre os valores de parcelamentos

110 anteriores, e os alugueis são dívidas que o Estado tem cm o fundo. Falou também do  
111 parcelamento não reconhecido pelo MPS. A conselheira Carla estranhou a fala do  
112 conselheiro Fernando de que não há informações sobre a dívida, visto que há uma  
113 comissão para levantamento da dívida da qual ele faz parte, e como a AMPREV está  
114 fazendo parcelamentos se não se sabe nada sobre a dívida, e nem a comissão tem  
115 essas informações. O conselheiro Claudionor que faz parte da comissão informou que,  
116 até a presente data a AMPREV estava trabalhando no levantamento para ser feita a  
117 dívida e que estava sendo encaminhado essas informações para a comissão, ainda  
118 não está pronto o levantamento, o coordenador Fernando estará oficializando a  
119 presidência para prorrogar o trabalho da comissão e espera que as informações sejam  
120 repassadas para que a comissão conclua os trabalhos no menor tempo possível. A  
121 conselheira Carla disse que a Portaria nº 400 do MPS diz que deverão ser  
122 formalizados os parcelamentos até 31/10, que será amanhã, nós temos uma lei  
123 aprovada, mas não vamos fazer o parcelamento até amanhã, pois não se tem os  
124 dados que estão sendo levantados, e essa data estabelecida poderá ser feito o  
125 parcelamento depois? O Presidente disse que em conversa com o Diretor de  
126 Previdência do MPS e será aceito amanhã ou depois o termo de acordo, pois o termo  
127 de acordo será feito pelo MPS e encaminhado pra cá, a AMPREV irá informar o  
128 montante da dívida ao MPS e dizer que está cumprindo todos os requisitos da lei,  
129 tanto que o termo de acordo não irá passar pela anuência do Governador ou do CEP.  
130 A conselheira Carla perguntou como se dará a quantidade de parcelas. O presidente  
131 disse que não é definido, mas ele pode até o máximo de 240 parcelas. O conselheiro  
132 Ladilson perguntou o que será feito com o parcelamento que não foi reconhecido, e  
133 acha importante que a informação da dívida seja passada primeiramente ao CEP e  
134 depois ao MPS. O conselheiro Gilmar concorda com o posicionamento do conselheiro  
135 Ladilson e propôs que seja feita reunião extraordinária para informar sobre a dívida ou  
136 através de encaminhamento por email. A conselheira Carla disse que todos são do  
137 CEP e simplesmente terá um parcelamento de uma dívida que eles têm o dever legal  
138 de fiscalizar e não irão ter conhecimento se tudo foi feito corretamente, então estão  
139 aqui para discutir o que? E concorda que tem que ser informado ao CEP sobre essa  
140 dívida, pois é papal deste conselho fiscalizar. O conselheiro Fernando concorda com a  
141 proposta colocada pelos conselheiros Ladilson e Carla. O Presidente acatou aos  
142 pedidos dos conselheiros. O conselheiro Claudionor falou que no seu ponto de vista o  
143 importante é que o regime não perca nada, e no momento em que o Estado perde o  
144 CRP ele fica engessado, e se tem a comissão que está levantando a dívida junto com  
145 a equipe e hipoteticamente encaminhou e liberou o CRP do Estado, e se foi feito

146 corretamente ok! Mas se não foi feito corretamente aí sim irá se buscar quem é o  
147 responsável por isso. De pronto já informou que a comissão ainda não teve acesso  
148 aos valores, mas quando tiver acesso e se por ventura for verificado erros será  
149 retificado. Após as discussões a conselheira Carla disse que o prazo que a lei  
150 estabelece não será cumprido, e o CEP é o órgão superior e tem sim que ter o  
151 conhecimento antes de ser feito, porque depois do leite derramado é outro  
152 procedimento para enxugar. O Presidente informou que existe um levantamento de  
153 benefício temporário que não precisa ser homologado pelo conselho os benefícios  
154 mensais. O conselheiro Fernando disse que tem que ser homologado pelo CEP e se  
155 não for homologado irá fazer representação judicial. O Presidente disse que está na lei  
156 que é dedutivo na guia. O conselheiro Claudionor disse que é importante o CEP  
157 acessar a essas informações, pois os poderes podem enviar as informações que lhe  
158 forem convenientes, e quem irá verificar isso. O presidente disse que a Diretoria de  
159 benefícios que faz esse crivo de observar a veracidade das informações. O  
160 conselheiro Ladilson disse que segunda a lei compete ao CEP fiscalizar se esse  
161 benefício temporário está sendo aplicado de acordo com a lei. **Após discussões**  
162 **restou deliberado por todos os conselheiros que poderá ser realizada na data de**  
163 **amanhã dia 31/10/2013, às 14 horas, para que sejam demonstradas todas as**  
164 **informações da dívida para conhecimento dos conselheiros antes do**  
165 **encaminhamento da proposta ao Ministério da Previdência Social. Comunicação**  
166 **da Presidência;** O Presidente informou que tem um evento que será realizado pela  
167 ABIPEM nos dias 11 a 13/11 em Brasília, o 1º Congresso Brasileiro de RPPS, e  
168 gostaria que três conselheiros participassem, e pediu que os conselheiros decidissem.  
169 O conselheiro Ladilson disse que ele e os conselheiros Claudionor e Carla estarão em  
170 viagem pelo Comitê de Investimentos - CIAP nesse período, mas se houver  
171 cancelamento e nenhuma manifestação dos conselheiros agora ele gostaria de  
172 participar. O Presidente disse que é melhor retirá-los da escolha e escolher outros  
173 conselheiros. Após as indicações irão participar do congresso os conselheiros  
174 Fernando Cezar Pereira da Silva, Paulo de Santana Vaz e Gilmar Santa Rosa  
175 Barbosa. O presidente informou que para os conselheiros que fizeram a inscrição no  
176 curso online já está disponível nos seus emails o login e senha para acessar o curso,  
177 com prazo até janeiro para conclusão do curso. **PAUTA – ITEM 10 – Comunicação**  
178 **dos Conselheiros;** O Conselheiro Claudionor pediu que fosse feito parecer da  
179 procuradoria com orientação da Procuradoria Jurídica da AMPREV se o CEP pode  
180 aprovar o retorno do JETOM. O conselheiro Ladilson falou que foi encaminhado ao  
181 conselho fiscal algumas recomendações dos trabalhos do CIAP e informou que o

182 CIAP estará participando de visita técnica com os representantes dos bancos em que  
 183 a AMPREV possui investimentos, e estarão impossibilitados de participar da próxima  
 184 reunião ordinária do CEP. E informou que a conselheira Carla já está certificada com o  
 185 CPA-10. O conselheiro Helielson cobrou o encaminhamento da legislação  
 186 previdenciária militar ao Governo do Estado com todas as ressalvas feitas. **PAUTA –**  
 187 **ITEM 12 - O que ocorrer;** Não houve. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor  
 188 Presidente agradeceu a presença e a participação de todos, e encerrou a reunião às  
 189 18h: 27min, da qual eu, Gleyssiane Maria Santana dos Reis, Secretária, lavrei a  
 190 presente ata, que será assinada pelos Conselheiros presentes e por mim própria.  
 191 Macapá-AP, 30 de outubro de 2013.

192  
 193 Carlos Roberto dos Anjos Oliveira: \_\_\_\_\_  
 194 **Presidente do Conselho.**

195  
 196 Fernando Cezar Pereira da Silva: \_\_\_\_\_  
 197 **Vice-Presidente do Conselho e Membro Titular, representante do Ministério**  
 198 **Público.**

199  
 200 Ivone Regina Mussi Tostes: \_\_\_\_\_  
 201 **Membro Suplente, representante do Poder Executivo.**

202  
 203 Luiz Afonso Mira Picanço: \_\_\_\_\_  
 204 **Membro Suplente, representante do Poder Executivo.**

205  
 206 Raul Soares Pereira de Souza: \_\_\_\_\_  
 207 **Membro Suplente, representante do Poder Executivo.**

208  
 209 Paulo César do Vale Madeira: \_\_\_\_\_  
 210 **Membro Titular, representante do Tribunal de Justiça.**

211  
 212 Paulo de Santana Vaz: \_\_\_\_\_  
 213 **Membro Titular, representante do Tribunal de Contas.**

214  
 215 Claudionor Medeiros de Andrade: \_\_\_\_\_  
 216 **Membro Titular, representante dos servidores Civis Ativos.**

217  
 218 Edson França: \_\_\_\_\_  
 219 **Membro Titular, representante dos servidores Civis Inativos.**


220  
 221 Helielson do Amaral Machado: \_\_\_\_\_  
 222 **Membro Titular, representante dos Militares Ativos.**

223  
 224 Hemerson de Souza Dias: \_\_\_\_\_  
 225 **Membro Titular, representante dos Militares Inativos.**

226  
 227 Gilmar Santa Rosa Barbosa: \_\_\_\_\_  
 228 **Membro Titular, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.**  
 229

230 Carla Ferreira Chagas:  \_\_\_\_\_  
231 **Membro Titular, representante dos servidores do Tribunal de Contas.**

232  
233 Luiz Carlos da Costa Pessoa:  \_\_\_\_\_  
234 **Membro Titular, representante dos servidores do Ministério Público**

235  
236 Gleyssiane Maria Santana dos Reis:  \_\_\_\_\_  
237 **Secretária do Conselho**  
238

